

Capítulo 2 - DOI:10.55232/1082023.2

**DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM COMO
PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA NA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO**

Thiago Pereira Souza e Maria Eloísa Famá D'antino

RESUMO: Este estudo tem o objetivo de apresentar e analisar a atual proposta da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME) implantada com base no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), na perspectiva do ensino e da aprendizagem dos estudantes; implantação essa que foi antecedida pela oferta de curso de formação continuada aos profissionais da educação da referida rede de ensino. O curso foi planejado, desenvolvido e ministrado, no período de 11/06 a 27/10/2021, por um dos autores deste capítulo, pesquisador que atua na Divisão de Educação Especial (DIEE) da SME de São Paulo, tendo se configurado como ampla e significativa ação formativa direcionada aos professores de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, professores de atendimento educacional especializado (PAEEs), coordenadores pedagógicos, assistentes de direção, diretores de escola e supervisores escolares, visando efetivar a implantação na RME de uma política pública de educação inclusiva a partir do constructo teórico do DUA, para garantir uma educação equânime e aprendizagem de todos os estudantes, com ou sem necessidades educacionais especiais. O curso de DUA teve grande procura pelos professores e gestores da rede, além de trazer excelentes resultados para potencializar a aprendizagem dos estudantes e a ensinagem dos professores, por isso, foram abertas novas turmas neste ano letivo de 2022, em função de importante número de professores e gestores que ficaram na lista de espera.

Palavras-chave: desenho universal para a aprendizagem, curso de formação continuada, rede municipal de ensino de São Paulo

INTRODUÇÃO

Este estudo tem o objetivo de apresentar e analisar a atual proposta da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME) implantada com base no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), na perspectiva do ensino e da aprendizagem dos estudantes; implantação essa que foi antecedida pela oferta de curso de formação continuada aos profissionais da educação da referida rede de ensino.

O curso foi planejado, desenvolvido e ministrado, no período de 11/06 a 27/10/2021, por um dos autores deste capítulo, pesquisador que atua na Divisão de Educação Especial (DIEE) da SME de São Paulo, tendo se configurado como ampla e significativa ação formativa direcionada aos professores de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, professores de atendimento educacional especializado (PAEEs), coordenadores pedagógicos, assistentes de direção, diretores de escola e supervisores escolares, visando efetivar a implantação na RME de uma política pública de educação inclusiva a partir do constructo teórico do DUA, para garantir uma educação equânime e aprendizagem de todos os estudantes, com ou sem necessidades educacionais especiais.

Pletsch, Souza e Orleans (2017) apresentam estudo que discute a escolarização de pessoas com deficiências, tomando como referência os conceitos de diferenciação curricular e o DUA como fundamentos epistemológicos para efetivar a inclusão escolar. Ao analisarem a literatura especializada observaram, entre outros aspectos, a falta de acessibilidade curricular e a fragilidade das ações pedagógicas dirigidas aos alunos com deficiências, em particular com deficiência intelectual (DI) e com transtorno do espectro do autismo (TEA). Igualmente, mostram as possibilidades de aprendizagem a partir de estratégias pedagógicas que tomem como referência a flexibilização curricular e o DUA.

Zerbato e Mendes (2018), nessa mesma direção, apresentam uma discussão teórica sobre a proposta do Desenho Universal para a Aprendizagem, a fim de adequar o ensino, com vistas a ampliar a participação e a aprendizagem de todos e reduzir a necessidade de adequações personalizadas custosas que dificultam práticas pedagógicas inclusivas do professor da classe comum e do professor do atendimento educacional especializado (AEE).

Chtena (2016 apud ZERBATO; MENDES, 2018, p. 142), afirma que:

as salas de aula, atualmente, são altamente diversificadas em termos de características, personalidade, estilo cognitivo, capacidade e interesse dos estudantes. Alguns têm deficiências, muitas vezes invisíveis, que afetam suas habilidades para ver, ouvir, prestar atenção ou participar de atividades da mesma forma como seus pares.

[...]alguns são aprendizes visuais, outros são aprendizes auditivos e alguns são aprendizes práticos. E cada estudante tem suas preferências e maneiras de expressar seu conhecimento, alguns, por exemplo, se expressam melhor por meio da escrita, outros por meio da oralidade e outros meios visuais.

Nesse sentido, ao invés de se pensar numa adaptação específica de determinada atividade para um aluno particular, se pensa em formas diferenciadas de ensinar o currículo para todos os estudantes (ALVES; RIBEIRO; SMÕES, 2013). Ao elaborar materiais concretos para o aprendizado de conteúdos matemáticos para um aluno cego, por exemplo, tal recurso, normalmente, é pensado e adaptado para o estudante - alvo da turma, porém, na perspectiva do DUA, o mesmo material pode ser utilizado por todos da sala de aula, de modo a beneficiar outros estudantes na compreensão dos conteúdos ensinados.

Johnson-Harris e Mundschenk (2014) afirmam que quando os professores apresentam o conteúdo por meio de uma variedade de maneiras, esse pode ser assimilado pelo estudante de forma mais eficaz. Muitas vezes o uso dos mesmos meios de ensinar não permite o aprendizado de todos. Por outro lado, a decisão de apresentar a mesma atividade de uma outra forma pode resultar no entendimento daquele aluno que não conseguia aprender e até contribuir para que outros alunos compreendessem melhor um determinado assunto.

No Brasil, a formação de professores na perspectiva do DUA ganhou visibilidade recentemente. Zerbato e Mendes (2018) desenvolveram um programa de formação de professores direcionando o DUA à inclusão escolar, propondo um modelo de formação colaborativa e com interlocução entre teoria e prática.

Acreditamos que a aprendizagem humana somente se processa à medida que o educando é capaz de construir significados e atribuir sentido ao conteúdo da aprendizagem; defendemos, dessa maneira, que todo aluno é sempre o agente central na forma como constrói conhecimentos, o que implica pensar o ensino, a aprendizagem e a avaliação em uma perspectiva construtivista (ANTUNES, 2008, p. 15).

DEFINIÇÃO E OBJETIVOS DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM

O Desenho Universal para a Aprendizagem é um conceito que aponta para a necessidade de definir objetivos educacionais, métodos, materiais e avaliações que funcionem para todos os

alunos. Não como uma solução única, mas sim como uma abordagem mais flexível, que pode ser personalizada e ajustada às necessidades individuais.

O conceito de Desenho Universal para a Aprendizagem é atribuído a David Rose, Anne Mayer e outros pesquisadores do *Center for Applied Special Technology* (CAST) (EDYBURN, 2010; ALVES; RIBEIRO; SIMÕES, 2013), e corresponde a um conjunto de princípios e de estratégias pedagógicas relacionadas com o desenvolvimento curricular (CAST, 2014), que procura reduzir as barreiras do ensino e da aprendizagem (DOMINGS; CREVECOEUR; RALABATE, 2014; RAPP, 2014). “A projeção de edifícios e espaços públicos pela arquitetura, baseada no conceito do Design Universal, de modo que todos possam ter acesso, sem qualquer limitação, foi a inspiração para o surgimento do DUA” (ZERBATO ; MENDES, 2018, p. 150).

Como sintetiza King-Sears (2009), o DUA relaciona-se com práticas de ensino desenvolvidas junto a alunos com e sem deficiência, centrando-se na dimensão pedagógica. Trata-se, portanto, de uma abordagem curricular que procura reduzir os fatores de natureza pedagógica que poderão dificultar o processo de ensino e de aprendizagem, assegurando assim o acesso, a participação e o sucesso de todos os alunos.

O DUA baseia-se no conhecimento resultante de pesquisas e práticas oriundas de várias áreas do saber: a educação, a psicologia do desenvolvimento, as ciências cognitivas, as neurociências (CAST, 2011; KATZ, 2014; ROSE; GRAVEL, 2010) e ainda nos princípios do Desenho Universal (ALVES ; RIBEIRO; SIMÕES, 2013; MACE; STORY; MUELLER, 1998, citados por Katz (2014).

Os conhecimentos resultantes das neurociências, nomeadamente os sistemas envolvidos na aprendizagem, segundo vários autores (cf. CAST, 2011; COREY *et al.*, 2012; ROSE; MEYER, 2002), fornecem uma base sólida para a compreensão de como o cérebro aprende e como se pode proporcionar um ensino eficaz. Esses conhecimentos evidenciam que a aprendizagem é um processo multifacetado, que envolve o uso de três sistemas básicos, a saber: as redes afetivas, as redes de reconhecimento e as redes estratégicas, correspondendo cada uma a uma região específica no cérebro e com funções específicas (MEYER;ROSE; GORDON, 2014). As redes afetivas – *o porquê da aprendizagem* – relacionam-se com a motivação para a aprendizagem e ajudam o sujeito a determinar o que é importante aprender; as redes de reconhecimento – *o quê da aprendizagem* – referem-se ao que aprendemos, e, por último, as redes estratégicas – *o como da aprendizagem* – que se relacionam com o como aprendemos e indicam-nos como fazer as coisas (COREY *et al.*, 2012; MEYER; ROSE; GORDON , 2014).

O objetivo da educação no século XXI não consiste simplesmente no domínio de conteúdos das diferentes áreas do conhecimento que estruturam o currículo escolar e no uso de novas tecnologias, mas abarca, também e principalmente, o domínio do próprio processo de aprendizagem pelo aprendiz – o que deseja aprender, e sabe como fazê-lo estrategicamente, com um estilo próprio altamente flexível e personalizado, que são condições para a aprendizagem ao longo da vida. O DUA ajuda os educadores a alcançar esse objetivo, proporcionando uma referência para entender como criar currículos que atendam às necessidades de todos os estudantes desde o início da escolarização.

O DUA proporciona flexibilidade nas formas como as informações são apresentadas, nos modos como os alunos respondem ou demonstram seus conhecimentos e habilidades, e nas maneiras como os estudantes são motivados e se comprometem com seu próprio aprendizado. Ele também reduz as barreiras na forma de ensinar, pois proporciona adaptações, apoios e desafios apropriados, e mantém altas expectativas de êxito para todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências e os que se encontram limitados em sua competência linguística ou no idioma da aprendizagem.

Trata-se, portanto, de uma abordagem curricular-metodológica voltada ao ensino, que auxilia os professores a desenvolver ou optar por estratégias pedagógicas inclusivas que possibilitem que todos os estudantes, independentemente de suas características e formas ou estilos de aprendizagem, aprendam em igualdade de condições. O principal objetivo do DUA é desenvolver práticas pedagógicas que permitam o acesso ao currículo, a participação e o pleno desenvolvimento do potencial de todos os estudantes, sem exceção. Ele se baseia em um conjunto de princípios que fomenta a elaboração de um planejamento pedagógico que contemple estratégias diversas:

- Apresentar as informações, de modo que todos compreendam;
- Envolver os estudantes, suscitando seu interesse e motivando-os a participar das atividades;
- Avaliar cada um dos discentes, por meio de múltiplas formas de expressar o que aprenderam.

No entanto, não se trata de um currículo customizado para cada estudante. Considerando que um dos pressupostos do DUA é ter altas expectativas para todos os discentes, inclusive aqueles com alguma deficiência e com necessidades educacionais especiais, não faria sentido restringir o acesso ao conhecimento apenas para alguns. Sendo assim, a perspectiva inclusiva

prevê um currículo único para toda a diversidade da sala de aula, mas com variações no modo como o currículo será acessado por cada um dos estudantes, ou seja, defende a diversificação de estratégias pedagógicas de modo a contemplar as características, singularidades e os estilos individuais de aprendizagem dos estudantes.

O currículo que se cria – com flexibilidade de objetivos, de métodos e avaliações, que, seguindo a referência do DUA deve ser planejado desde o princípio para atender as necessidades de todos os alunos, faz com que mudanças posteriores, assim como o esforço e o tempo vinculados a elas, sejam dispensáveis. Estimula assim a criação de propostas flexíveis desde o início, apresentando opções personalizáveis que permitem a todos os estudantes progredir a partir de onde eles estão, e não de onde imaginamos que estejam. As opções para atingi-los são variadas e suficientemente fortes para proporcionar uma educação efetiva para todos os discentes.

Em suma, a abordagem do DUA permite ao docente desenvolver planos de trabalho que levem em conta a diversidade dos alunos, considerando o que aprendem, como aprendem e porque aprendem (RAPP, 2014). É importante flexibilizar não só o acesso à escola, à sala de aula e ao currículo, mas também o acesso aos recursos que os alunos necessitam para aprender, por meio de abordagens flexíveis, personalizadas e adequadas às necessidades individuais, possibilitando a definição de objetivos educativos e a equacionar estratégias, materiais e formas de avaliação pertinentes para todos os alunos, e não apenas para alguns (CAST, 2014; RAPP, 2014). Como afirma Edyburn (2010), nesta abordagem os ambientes de ensino, os materiais e as estratégias são equacionados de modo a responder às características e necessidades de todos os estudantes. Para que isso aconteça os professores devem demonstrar flexibilidade: na forma como envolvem e motivam os estudantes nas situações de aprendizagem; no modo como apresentam a informação; e na forma como avaliam os alunos, permitindo que as competências e os conhecimentos adquiridos possam ser manifestados de maneira diversa (KATZ, 2014).

POTENCIALIDADES DO DESENHO UNIVERSAL PARA A INCLUSÃO DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO

A Política Paulistana de Educação Especial, instituída no município de São Paulo pela Portaria nº 8.764, de 23 de dezembro de 2016, que regulamenta o Decreto nº 57.379/2016, e em consonância com a legislação federal, preconiza que os estudantes público-alvo da Educação Especial sejam matriculados nas classes comuns – regulares, garantindo a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), respeitada e valorizada a diversidade humana, vedadas quaisquer formas de discriminação. O art. 1º do Decreto informa que o objetivo da política instituída é:

[...] assegurar o acesso, a permanência, a participação plena e a aprendizagem de crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento - TGD e altas habilidades nas unidades educacionais e espaços educativos da Secretaria Municipal de Educação, observadas as diretrizes estabelecidas neste decreto [...].

Considera-se que o Desenho Universal para a Aprendizagem, além de possibilitar a potencialização do processo ensino-aprendizagem de todos os estudantes, é uma excelente estratégia para a inclusão escolar de todos os estudantes, principalmente no recente momento de isolamento social e de ensino remoto. A filosofia de inclusão escolar pressupõe que não só o acesso, mas que a permanência, participação e a aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial sejam garantidas. Uma das propostas usuais, superada pelo DUA, tem sido a de prover flexibilizações no ensino, aplicadas exclusivamente para esses estudantes.

Pesquisa realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC, 2019), sobre o uso da internet em casa por brasileiros em idade escolar, constatou que 37 milhões de crianças e jovens em idade escolar (9 a 17 anos), no Brasil, não têm acesso à internet em casa. Tal fato, é importante ressaltar, tem atuado como elemento de ampliação das desigualdades educacionais, principalmente quando se considera a proposição do ensino remoto emergencial, ao mesmo tempo que evidencia a ausência de outras ações políticas mínimas que prezem pela manutenção da vida, do trabalho, do vínculo da criança e do jovem com o espaço escolar e com o conhecimento, acentuando ainda mais o distanciamento da garantia a todos do direito à educação, dentre outros direitos assegurados pela legislação.

Considerando as novas concepções de educação e a necessidade da construção e consolidação da educação inclusiva no município de São Paulo, esta pesquisa se justifica, por partir do entendimento do necessário acompanhamento das ações de atendimento aos

estudantes público-alvo da Educação Especial, articuladas e integradas de modo colaborativo e comprometida com a eliminação de barreiras e diminuição das desigualdades para assegurar acessibilidade e qualidade de ensino a todos os estudantes.

Ao longo dos tempos, a escola tem organizado e desenvolvido suas práticas no “modo automático”, obedecendo e reproduzindo as regras instituídas. A interrupção do automatismo da rotina escolar pelo isolamento social, forçado e necessário, nos convocou a refletir ainda mais sobre a organização do ensino, sobre os conteúdos curriculares e, é claro, a respeito do reconhecimento da importância da pluralidade da vida social. Nesse sentido, repensar os propósitos da escola tem sido inevitável.

A Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual (OMS, 2004) trata dos direitos dessas pessoas com essa deficiência, e enfatiza no item 5 que:

[...]. A. Todas as pessoas com deficiências intelectuais são cidadãos plenos, iguais perante a lei e como tais devem exercer seus direitos com base no respeito nas diferenças e nas suas escolhas e decisões individuais. B. O direito a igualdade para as pessoas com deficiência intelectual não se limita à equiparação de oportunidades, mas requerem também, se as próprias pessoas com deficiência intelectual o exigem, medidas apropriadas, ações afirmativas, adaptações ou apoios. Os Estados devem garantir a presença, a disponibilidade, o acesso e utilização de serviços adequados que sejam baseados nas necessidades, assim como no consentimento informado e livre destes cidadãos e cidadãs.

No Brasil, por conta de medidas sanitárias para o combate a COVID-19, as atividades escolares foram suspensas e o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou em 28 de abril de 2020 diretrizes para orientar a atuação das redes de ensino da educação básica e instituições de ensino superior durante a pandemia, listando uma série de atividades não presenciais que poderiam ser utilizadas, como: mídias digitais, plataformas virtuais, redes sociais, material didático impresso e entregue aos pais ou responsáveis, entre outros. Quanto à Educação Especial, O CNE recomendou três diferentes ações:

- (1) As atividades pedagógicas não presenciais devem incluir os estudantes com deficiência, transtorno de espectro autista e altas habilidades/superdotação. Devem ser adotadas medidas de acessibilidade, com organização e regulação definidas por estados e municípios, mas existem outros cuidados a serem observados, principalmente quanto à mediação
- (2) Junto às atividades, deve ser assegurado o atendimento educacional especializado, que envolve parceria entre profissionais especializados e professores, para desempenhar suas funções na adequação de materiais, além de dar orientações e apoios necessários a pais e responsáveis.

(3) Como a atenção é redobrada para cada aluno, os profissionais do atendimento educacional especializado devem dar suporte às escolas na elaboração de planos de estudo individualizados, que levem em conta a situação de cada estudante. As famílias são, sempre, parte importante do processo. (BRASIL, 2020).

Com relação à aprendizagem dos discentes, a SME criou o “Programa Trilhas de Aprendizagens” disponibilizando a plataforma digital Google Classroom para todos os seus estudantes, a TV Educação (Canal Cultura) com aulas práticas, materiais impressos enviados para as casas dos alunos e diversas linguagens e recursos para garantir a qualidade do ensino remoto. Os professores da sala regular e os professores de atendimento educacional especializado (PAEEs) receberam formação para aprimorar o uso das tecnologias e do Desenho Universal para a Aprendizagem. Todos os estudantes foram acompanhados pelos docentes que também realizaram o apoio remoto às famílias.

Para o público do AEE, os PAEEs participaram da construção dos materiais pedagógicos, acompanharam as famílias por contato telefônico e WhatsApp, dando suporte às atividades e enviaram também vídeos e áudios para auxiliar no fazer pedagógico, além de promover o acolhimento e a escuta das famílias, nesse momento de sofrimento psíquico para todos.

Os Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAIs), da RME de São Paulo, responsáveis pelos estudantes público-alvo da Educação Especial, realizaram inúmeras formações continuadas para os PAEEs, auxiliares de vida escolar – apoio (AVEs)), estagiários que acompanham os estudantes com deficiência, professores da sala regular, coordenadores pedagógicos (CPs)), supervisores escolares, diretores e assistentes de direção, com as seguintes temáticas: ensino remoto; pandemia; distanciamento social; DUA; práticas pedagógicas inclusivas; recursos tecnológicos acessíveis; tecnologia assistiva; gamificação; protocolos de volta às aulas; protocolos sanitários; acolhimento e escuta; saúde mental; construção de redes de apoio/proteção; trabalho colaborativo; articulação com a família e sofrimento psíquico.

As respostas que buscamos para a crise educacional atual devem trazer a novidade que a contingência do momento exige: a prática da liberdade no ato educativo, por docentes e discentes, a validação dos diversos tipos de saberes, a consideração da diferença de cada um, dentro e fora da escola.

A magnificência da situação que vivemos na esfera educacional, pela incapacidade de o existente dar conta do momento e garantir a sua estabilidade, é o impulso que nos lançará para outras propostas, outros horizontes e caminhos educacionais inexplorados. Nossa tarefa é

acolher o que vem da novidade desses tempos e que, por sua intensidade, vai transformar a educação que nos trouxe até então.

Educar para uma sociedade inclusiva, respeitando a diversidade, implica escola aberta à riqueza da diversidade humana, consciente de suas funções sociais e políticas, se tornando o espaço capaz de promover profundas mudanças sociais, desde que alicerçada em princípios que visem uma educação digna, equânime e de qualidade para todos.

Por fim, deve ser respeitado e defendido sempre o lema das pessoas com deficiência, entoado em todos os idiomas, quando foi instituída a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotado pela ONU em 13 de dezembro de 2006, que diz: *nothing about us without us* (“Nada sobre nós, sem nós”).

Curso de Desenho Universal para a Aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de São Paulo

O curso Desenho Universal para a Aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas objetivou potencializar e diversificar o processo ensino-aprendizagem considerando a diversidade cultural de uma sala de aula, que respeita e valoriza a subjetividade do estudante, garantindo assim o seu protagonismo e a sua aprendizagem na perspectiva socioconstrutivista, nos termos de Vygotsky (1998), para que todos aprendam, sem deixar ninguém para trás.

Cabe ressaltar que o Currículo da Cidade de São Paulo reforça as mudanças de paradigmas que a sociedade contemporânea vive, na qual um currículo não deve ser concebido de maneira que o estudante se adapte ao que a escola oferece, mas como um campo aberto à diversidade, não no sentido de aprender apenas conteúdos diferentes, mas sim de aprender conteúdos de diferentes maneiras.

A formação, como já informado, foi realizada pela Divisão de Educação Especial (DIEE) e pelos 13 Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAIs). Com base nos pressupostos e indicações legais para promover a inclusão escolar, o curso objetivou apresentar a abordagem didática do DUA como possibilidade de organização da prática pedagógica inclusiva, procurando formar os cursistas para aplicar estratégias inclusivas de acordo com as diretrizes de aprendizagem do design universal, a fim de abordar a diversidade presente nas salas de aula. Nesse sentido, investiu na sensibilização dos professores, coordenadores pedagógicos, diretores e supervisores de ensino da RME de São Paulo para a

inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial no contexto do ensino regular. Além de demonstrar que o DUA se destina para todos os educandos, com ou sem deficiência. Organizou-se em três momentos articulados entre si: identificação dos princípios da educação inclusiva na formação e na atuação docente; apresentação dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem como possibilidade pedagógica para assegurar as necessidades básicas de aprendizagem dos alunos e foi concluído com a apresentação de um plano de aula subsidiado pelos princípios do DUA.

O curso foi planejado, desenvolvido e ministrado pelo autor deste capítulo, pesquisador que atua na Divisão de Educação Especial (DIEE) da SME de São Paulo. Nos meses de maio e junho, o curso foi direcionado aos formadores dos CEFAIS (Professores de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAIs) e Coordenadores) que multiplicaram o curso de DUA nos seus respectivos territórios, para os professores interessados, que atuam desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, inclusive a EJA e a Educação Especial. Foram formados 2080 professores de todos os territórios.

Essa ação formativa perpassou por todo o ano letivo de 2021 e foi constituída em três fases: a primeira fase foi a formação dos multiplicadores dos profissionais dos CEFAIS; a segunda foi a oferta e abertura das inscrições para os professores da rede e a terceira fase, de agosto a novembro, os formadores da DIEE/ SME ministraram o curso para o trio gestor (coordenadores pedagógicos, assistentes de direção, diretores e supervisores escolares) das treze territórios – Diretorias Regionais de Ensino do município de São Paulo. Foram formados 200 gestores.

CONCLUSÃO

O curso de DUA teve grande procura pelos professores e gestores da rede, além de trazer excelentes resultados para potencializar a aprendizagem dos estudantes e a ensinagem dos professores, por isso, foram abertas novas turmas neste ano letivo de 2022, em função de importante número de professores e gestores que ficaram na lista de espera.

O movimento do Desenho Universal na arquitetura influenciou professores provocados pelo desafio de lecionar para turmas cada vez mais heterogêneas e num ambiente pautado por altas expectativas de aprendizagem. Como garantir acesso aos conteúdos curriculares para estudantes que se diferenciavam em termos de habilidades motoras, intelectuais e sensoriais?

Surgia, então, o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), creditado a um grupo de professores da Universidade de Harvard, liderado por David Rose.

Resumindo, o DUA se trata de um modelo prático que visa ampliar as oportunidades de desenvolvimento de cada estudante por meio de planejamento pedagógico contínuo, somado ao uso de mídias digitais. Seus autores apoiaram-se em extensivas pesquisas sobre o cérebro humano para estruturar o modelo.

Ele é um aliado potencial em um trabalho de colaboração em favor da educação na perspectiva inclusiva, pois converge em um objetivo comum: a construção de práticas pedagógicas acessíveis para a aprendizagem de todos os estudantes.

O DUA corrobora com uma educação mais plural, mais atraente e torna factível nosso compromisso de não deixar ninguém para trás.

REFERÊNCIAS

ALVES, M.M.; RIBEIRO, J.; SIMÕES, F. Universal Design for Learning (UDL): Contributos para uma escola de todos. *Indagatio Didactica*, 5(4):122-146, 2013.

ANTUNES, C. *Inclusão: o nascer de uma nova pedagogia*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Ciranda cultural, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia. Brasília, abr. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-aco-es-programas-e-projetos637152388/89051-cne-aprovadiretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>. Acesso em: 14 mar. 2022.

CAST. *Design for Learning guidelines – Desenho Universal para a aprendizagem*. Estados Unidos: CAST, 2011.

CAST. *Universal design for learning guidelines, version 2.1 [graphic organizer]*, 2014.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - CETIC.br. Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2019 [livro eletrônico]. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123121817/tic_dom_2019_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 14 mar. 2022.

COREY, S. J., TAPPE, P., SIKE, J., & LEPAGE, P. Improved lesson planning with universal design for learning (UDL). *Teacher Education and Special Education*, 36(1), 7-27, 2012. <https://doi.org/10.1177/0888406412446178>. Acesso em 15 mar. 2022.

DOMINGS Y.; CREVECOEUR, Y. C.; RALABATE, P.K. Universal Design for Learning for Learners with Autism Spectrum Disorders. Paul Brookes Publishing, In: K. I. Boser, M. S. Goodwin & S. C. Wayland (Eds.). *Technology tools for students with autism. Innovations that enhance*. Baltimore: Paul Brookes Publishing, pp. 21- 41, 2014.

EDYBURN, D. L. Would you recognize Universal Design for Learning if you saw it? ten propositions for new directions for the second decade of Udl. *Learning Disability Quarterly*, v. 33, n. 1, p. 33-41, 2010.

JOHNSON-HARRIS, K.M.; MUNDSCHENK, N.A. Working Effectively with Students with BD in a General Education Classroom: The Case for Universal Design for Learning. *The Clearing House: A Journal of Education Strategies, Issues and Ideas*, 87(4):168-174, 2014.

KATZ, J.; SOKAL, L. Universal Design for Learning as a Bridge to Inclusion: A Qualitative report of Student Voices. *International Journal of Whole Schooling*, v.12, n. 2, p.36-63, 2016.

KING-SEARS, M.. Universal Design for Learning: Technology and pedagogy. *Learning Disabilities Quartely*, 32, 199-201, 2009.

MEYER, A.; ROSE, D.; GORDON, D. Universal design for learning: theory and practice. Wakefield, MA: CAST Professional Publishing, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York: ONU, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual. Trad. Jorge Márcio Pereira de Andrade, Montreal – Canadá OPS/OMS, 06 de out. 2004.

PLETSCH, M. D.; SOUZA, F. de; E ORLEANS, L.F. 2017 A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para a inclusão escolar. *Rev.Educação e Cultura Contemporânea*, vol.14(35), jan. 2017.

RAPP, W. H. Universal design for learning in action: 100 ways to teach all learners. Baltimore: Paul Brookes Publishing, 2014.

ROSE, D.H.; MEYER, A. 2002. Teaching every student in the digital age: Universal design for learning. Alexandria, ASCD, 216 p.

SÃO PAULO (Município). Portaria nº 8.764, de 23 de dezembro de 2016. Regulamenta o Decreto nº 57.379, de 13 de outubro de 2016, que “Institui no Sistema Municipal de Ensino a

Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva”. São Paulo, 2016.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de São Paulo (SME). Programa Trilhas de Aprendizagens. Disponível em: <<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/trilhas-de-aprendizagens>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da Cidade de São Paulo: SME/ COPED, 2019.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. Desenho Universal para a Aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. Revista Educação Unisinos, v. 22, n. 2, p. 147- 155, abril-junho, 2018.